



MESA 4 – POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A AGROECOLOGIA NOS PAÍSES DA CPLP

Documento de apoio

RESUMO

Este documento reúne informação sobre os principais desafios que se colocam atualmente aos agroecossistemas mundiais e sobre soluções emergentes, como a abordagem agroecológica.

A Agroecologia é aqui entendida como uma disciplina científica, um conjunto de práticas e um movimento social, que pode promover uma verdadeira transição para sistemas agroalimentares mais sustentáveis.

No ponto um do documento é feita uma breve resenha sobre os desafios atuais do sistema agroalimentar mundial e são apresentados alguns elementos centrais da agroecologia enquanto abordagem que poderá permitir a superação desses desafios.

No ponto dois, são apresentados apontamentos sobre o desenvolvimento da agroecologia nas regiões dos Estados-Membros da CPLP. Num panorama geral, sobressai o papel motor das organizações da sociedade civil e das comunidades de base nestes processos, co-adjuvada pontualmente por programas públicos, geralmente ligados à formação, extensão rural e distribuição de insumos.

No ponto três, trazem-se alguns elementos sobre a situação atual, a nível nacional e regional da CPLP, relativamente a políticas centrais para a promoção da agroecologia (como a formação, extensão, comercialização, quadros legais sobre agrobiodiversidade).

Com base nestes elementos, o Mecanismo de Facilitação da Participação da Sociedade Civil no CONSAN-CPLP identifica como questão central para fazer a transição para um sistema agroalimentar mais sustentável a existência de políticas públicas inter-setoriais para a agroecologia.

Será assim importante discutir as áreas prioritárias de política pública onde se poderá avançar, identificando espaços e atores-chave para tal. Igualmente importante será identificar caminhos e soluções comuns a nível regional de promoção da agroecologia.

1. Sistema agroalimentar atual – Desafios e alternativas

As estratégias de desenvolvimento a nível mundial, em particular os paradigmas tecnológicos imprimidos nos sistemas agroalimentares, como a Revolução Verde, revelaram-se limitados na sua capacidade de promover um desenvolvimento ambiental, social e económico sustentável. Logo após a segunda guerra mundial, verificou-se um processo de reconversão e adaptação das indústrias da guerra para a agricultura. A industrialização do setor agrícola assentou na intensificação do uso e na promoção da mecanização agrícola, no aumento do uso de fertilizantes e pesticidas (em 2007, a despesa mundial com pesticidas atingiu os 39,5 mil milhões de dólares (Grube et al., 2011), no uso de sementes melhoradas geneticamente, no investimento em estruturas agrárias (p.ex., grandes sistemas de irrigação) e numa reconversão fundiária que excluiu contingentes importantes de agricultores familiares, provocando a migração para as cidades em busca de meios de vida.

A aplicação crescente e alargada, ainda que em diferentes escalas nas várias regiões do mundo, destes elementos tem contribuído para a exclusão social de agricultores familiares e a disseminação de problemas ambientais, como a destruição da fertilidade e erosão dos solos, a desertificação, a deflorestação das áreas rurais, a contaminação da água, a acidificação dos oceanos e a perda de biodiversidade (Altieri, 2004).

Este paradigma tecnológico tem igualmente assentado no aumento da dependência de combustíveis fósseis; na mercantilização de recursos naturais, como as sementes; e tem provocado o aumento dos custos de produção e a diminuição da agrobiodiversidade. Para mais, as inovações tecnológicas não se tornaram disponíveis para todos os agricultores (idem). Não foram capazes nem de atingir os mais pobres, nem de resolver o problema da fome, da desnutrição ou as questões ambientais. O sistema alimentar industrial atual é assim um potenciador de múltiplas crises: climáticas, alimentares, ambientais, energéticas, económicas, sociais, territoriais, tecnológicas, de saúde pública, às quais correspondem desafios de igual natureza.

Nas últimas décadas, têm sido equacionados modelos alternativos que permitam uma transição para sistemas agroalimentares verdadeiramente sustentáveis. Modelos que permitam, em primeiro lugar, restaurar a capacidade produtiva dos agroecossistemas e, de seguida, manter tal capacidade com o mínimo possível de impactos ambientais e com retornos económico-financeiros adequados às necessidades e naturais aspirações das populações rurais (idem). O acesso à agrobiodiversidade por parte dos agricultores familiares; a conservação dessa agrobiodiversidade in-situ; assegurando a posse e propriedade da terra e a autonomia na gestão das sementes e biodiversidade por parte da Agricultura Familiar são igualmente elementos-chave para a transição (FAO, 2015).

A Agroecologia é um modelo ou abordagem que tem sido desenvolvida e explorada a partir dos conhecimentos científicos da Ecologia e dos conhecimentos ancestrais dos povos desde sempre ligados ao trabalho e à co-construção da natureza (agricultores familiares, camponeses, pastores, comunidades tradicionais, pescadores e recoletores).

A Agroecologia integra assim princípios agronómicos, ecológicos e socioeconómicos na compreensão, no desenho e na gestão de agroecossistemas auto-regulados e sustentáveis. Os agroecossistemas (entendidos como sistemas integrados de solo, água, plantas e seres vivos) são a unidade de estudo e de prática, ultrapassando a visão unidimensional que separa genética, agronomia, edafologia, etc..

O objetivo desta abordagem é trabalhar com e alimentar sistemas agrícolas complexos, onde as interações ecológicas e as sinergias entre os componentes biológicos criem fertilidade do solo, produtividade e proteção das culturas (Altieri, 2004), com a maior otimização possível dos recursos

disponíveis. A agroecologia foi definida originalmente por Miguel Altieri como a aplicação de princípios ecológicos aos sistemas agrícolas locais, mas foi posteriormente alargada a todo o sistema agroalimentar, ligando a produção a toda a cadeia alimentar e aos consumidores (IFOAM, s/d).

O Relator Especial para o Direito à Alimentação da FAO identificou a agroecologia como um modo de desenvolvimento agrícola que contribui de forma decisiva para a soberania alimentar, a agrobiodiversidade e o desenvolvimento económico (De Schutter, 2010). A agroecologia afirma-se assim como a alternativa fundamental para transformar profundamente o sistema agroalimentar atual (IAASTD, 2009; SOCLA, 2014).

Porém, De Schutter aponta como um dos maiores desafios atuais alargar a escala das experiências agroecológicas e implementar políticas públicas que proporcionem o desenvolvimento de tais modos de produção sustentáveis. A transição para agroecossistemas com baixos níveis de consumo de insumos externos e de emissões de carbono atinge na abordagem agroecológica uma dimensão territorial e sistémica (SOCLA, 2014), implicando desta maneira práticas e medidas de apoio multisetoriais e integradas.

Políticas de apoio dirigidas aos agricultores agroecológicos incluem a provisão de bens públicos como serviços de extensão; ensino e investigação agrícola; acesso a crédito e seguro; incentivos fiscais; políticas de posse da terra; apoio às organizações e cooperativas de agricultores; acesso aos mercados locais e regionais (De Schutter, 2010); aquisição de produtos através da despesa pública (Maluf em Niederle e al., 2013), em vez de apenas fornecer subsídios aos insumos.

Mas são igualmente necessárias medidas que beneficiem não apenas os agricultores agroecológicos, mas comunidades rurais como um todo: construção de infraestruturas rurais (estradas, electricidade); educação; empoderamento das mulheres; fortalecimento de parcerias entre organizações sociais; e todo o território, como medidas de proteção de ecossistemas, da biodiversidade e dos recursos genéticos.

A agroecologia, enquanto ciência e prática, tem sido particularmente vivenciada e defendida pelos movimentos sociais dos agricultores familiares no mundo. Tem-se, assim, configurado como uma ferramenta de luta, defesa e recampesinação dos espaços rurais (Rosset e Martínez-Torres, 2013). Um movimento social de promoção da justiça socioambiental que coloca no centro da produção agroecológica de alimentos os agricultores familiares e camponeses.

2. Contextos regionais

As práticas agroecológicas têm sido gradualmente implementadas, em particular através da organização de grupos e movimentos sociais de base na América Latina, desde os anos 1980. Movimentos enraizados em pedagogias próprias (educação popular, “campesino-a-campesino”) e em cosmologias e resistências históricas, atualmente ancoradas na reivindicação da soberania alimentar e na defesa da agricultura familiar (SOCLA, 2014; De Schutter, 2010, Altieri e Toledo, 2011).

Em países da América Central, como Cuba, Nicarágua, Guatemala, e da América do Sul, como o Brasil e a Região Andina, têm existido igualmente medidas públicas, muitas vezes de caráter isolado (Caporal, 2012), mas que reconhecem e apoiam a agroecologia. São sobretudo projetos de extensão das universidades, focados no restabelecimento de agroecossistemas, recuperando o conhecimento

indígena. Em países como Cuba, a situação de embargo económico fez despoletar o apoio do governo a formas de agricultura mais sustentável e menos dependentes de insumos exteriores ao sistema local (nomeadamente através do Programa Nacional de Acción para la Nutrición, implementado na década de 1990).

No Brasil, os primeiros passos em termos de política abrangendo princípios agroecológicos foram dados pelas entidades de pesquisa e extensão agrária. Atualmente, várias políticas se cruzam – apoio, crédito e garantia de preços à agricultura familiar, programas de aquisição pública de alimentos; legislação sobre agricultura orgânica; promoção das cadeias de produtos da sociobiodiversidade – e culminaram no estabelecimento de uma Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica. Política operacionalizada através de um plano trienal com quatro eixos estratégicos: i) Produção; ii) Uso e Conservação de Recursos Naturais; iii) Conhecimento; e iv) Comercialização e Consumo.

Na União Europeia, não existe uma política específica de apoio à agroecologia. No quadro do pilar de desenvolvimento rural da Política Agrícola Comum são dados apoios ao modo de produção biológico ou orgânico; e existem medidas agro-ambientais e linhas de financiamento para entidades públicas e privadas no sentido de incentivar os mercados locais. No quadro da segurança alimentar, os géneros alimentícios estão sujeitos a limites máximos de resíduos de pesticidas na sua composição. Existe também regulação para proteção das águas contra a poluição causada por nitratos de origem agropecuária. A proposta de regulação sobre propriedade intelectual e sementes (que limita o uso e troca de sementes próprias) tem sido alvo de grande contestação e não foi ainda deliberada.

Também no continente europeu a agroecologia tem sido sobretudo uma prática de “baixo para cima” em países como França, Espanha, Alemanha e Holanda. Apenas na França foi criado em 2012 um “Projeto agro-ecológico” pelo Ministério da Agricultura, cujo objetivo é que a maioria dos agricultores franceses faça a transição agroecológica até 2025.

Em África, vários têm sido os programas e projetos de agricultura sustentável implementados em parcerias de organizações locais de agricultores, ONGs, agências das Nações Unidas ou outros (como o CGIAR) e, por vezes com apoio dos governos. Programas ligados ao combate à desertificação e ao melhoramento dos solos, sem uso de fertilizantes químicos (De Schutter, 2010); projetos dirigidos ao melhoramento de cultivares específicos, entre outros, geralmente com base nas escolas de campo de agricultor.

Na Ásia, têm surgido iniciativas de diferente natureza. Na China, há um movimento crescente de agricultura apoiada pela comunidade. Na Índia, alguns programas de desenvolvimento rural, a nível dos Estados, têm apoiado a substituição de fertilizantes por técnicas de adubação natural. Na sequência dos simpósios internacional e regionais de Agroecologia, organizados pela FAO em 2014, foi realizada uma consulta multi-atores sobre Agroecologia na Ásia e Pacífico, em 2015, onde foram discutidos os principais problemas e possíveis medidas de política a seguir para proteger os agroecossistemas.

3. Contexto da CPLP

À semelhança dos países do continente africano, sul-americano, asiático e europeu, vários Estados-Membros da CPLP estão expostos a níveis crescentes de êxodo rural, de desertificação e contaminação dos solos e águas, bem como a processos de açambarcamento de terras e de outros recursos naturais e

genéticos. O paradigma tecnológico de monoculturas produtivistas, baseadas na introdução de insumos, para exportação - mas também para assegurar segurança alimentar interna – é ainda dominante.

A Agroecologia poderá ser também aqui uma aposta decisiva como verdadeiro fator de desenvolvimento agrícola e, acima de tudo, uma condição para a emancipação socioeconómica das comunidades rurais e, em especial, dos agricultores familiares. Neste sentido, foi decidida em 2015, pelo Grupo de Trabalho de Agricultura Familiar do Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSAN-CPLP), a criação de uma Rede e de um Centro de Competências para a Agricultura Familiar Sustentável, localizado em São Tomé e Príncipe. Centro esse que teria como finalidade atualizar os conhecimentos dos agricultores, dos formadores profissionais do ensino médio e dos extensionistas sobre agricultura sustentável, constituindo-se como referência para a investigação aplicada na produção alimentar agroecológica na CPLP. No entanto, pouco se tem avançado na sua concretização.

A ausência de informação e formação sobre este tema foi um problema diagnosticado na maioria dos Estados-Membros, em consulta realizada em 2016. Existem serviços públicos de formação agrícola, assistência e extensão rural, em quase todos os países (à exceção, por exemplo, da Guiné-Bissau e de Portugal). No entanto, de modo geral a formação dada tem pouca ênfase em formas agroecológicas de produção, não sendo adaptada às distintas realidades de cada agroecossistema, com exceção de Moçambique e Timor Leste. Nestes países, há particular atenção à formação em técnicas simples e baratas de manejo sustentável do solo e da água e sem aplicação de insumos químicos.

A formação é dada, regra geral, segundo modelos verticais, pouco dialogantes com os conhecimentos dos agricultores, exceto em Moçambique, Brasil e Angola. Aí existem inclusive Escolas no Campo de Agricultor.

A investigação e desenvolvimento de práticas agroecológicas é também escassa - ou pouco divulgada - com pouca interligação com a extensão rural e com os conhecimentos dos agricultores.

O papel de divulgação, formação e promoção da agroecologia, do uso sustentável dos recursos naturais, a valorização da agrobiodiversidade e dos produtos da agricultura familiar local tem sido realizado sobretudo por ONGs nacionais e/ou internacionais e agências de cooperação internacionais. É o caso de Moçambique, onde na periferia das cidades de Maputo e Matola é desenvolvido um trabalho com os agricultores familiares urbanos com vista à produção de hortícolas sem recurso a fertilizantes químicos, com o envolvimento das organizações dos agricultores locais, ONG e das estruturas de extensão dos Municípios respetivos e do Ministério da Agricultura e apoio da cooperação francesa e do Instituto Politécnico de Coimbra e da CPLP. Também em Timor-Leste, o projeto “Agrodiversidade” financiado pela União Europeia e implementado pela Agência de Cooperação Alemã (GIZ) em cooperação com o Ministério da Agricultura e ONG locais, visa a promoção da agrodiversidade através da sua gestão sustentável e o desenvolvimento de práticas que promovem a agrodiversidade,

Nos vários Estados-Membros não existem formas de certificação formal ou informal de produtos de agricultura familiar agroecológica a nível nacional, com exceção do Brasil (onde inclusive sistemas participativos de garantia foram reconhecidos oficialmente); em parte, de Portugal, onde existe certificação de agricultura biológica europeia (feita por entidades privadas) e de São Tomé e Príncipe, onde a certificação é assegurada pelas fileiras de produção biológicas de exportação e executada por uma empresa internacional. São Tomé e Príncipe é um dos países com maior área de agricultura biológica cujo principal destino é a exportação (REDESAN-CPLP, 2015). As cooperativas de exportação (de cacau bio e de qualidade; de pimenta bio) capacitam os seus membros nos critérios de certificação.

Em Cabo Verde, existem leis que visam o melhoramento da produção, comercialização e certificação dos alimentos (mas sem diferenciar os modos de produção) e instituições que fiscalizam este objetivo. No entanto, os investimentos exigidos são avultados para os pequenos produtores e, muitas vezes, as normas são desadequadas aos modos de fazer dos mesmos. Neste campo, foi implementado na Ilha de São Vicente um projeto da ONG espanhola Cerai, em parceria com o Instituto Nacional de Investigação e Desenvolvimento Agrário, de fortalecimento da produção sustentável e da estrutura associativa local, com enfoque agroecológico.

No que tange aos quadros legais nacionais sobre a agrobiodiversidade, especificamente em relação ao Protocolo de Nagoya sobre Acesso a Recursos Genéticos e Repartição de Benefícios decorrentes da sua utilização, este foi ratificado pela Guiné-Bissau e por Moçambique. Brasil, Cabo-Verde e Portugal assinaram, mas ainda não ratificaram. Em São Tomé e Príncipe o processo está atualmente em curso.

Em Timor-Leste o direito consuetudinário é reconhecido e aplicado na conservação e uso dos recursos naturais. O país possui uma política de sementes, ainda que não totalmente implementada, que reconhece as práticas de troca de sementes e não permite a utilização de sementes geneticamente modificadas nem sementes *terminator*, exceto para usos científicos.

No quadro da União Africana, existe um acordo sobre direitos das comunidades, onde estão abrangidos os direitos sobre sementes. Assim, na maioria dos países africanos membros da CPLP, a legislação permite o uso, troca e desenvolvimento de sementes entre os agricultores, mesmo para plantar produtos com fins comerciais.

4. Elementos para discussão

A Rede da Sociedade Civil para a Segurança Alimentar e Nutricional na CPLP (REDSAN-CPLP) e a Plataforma de Camponeses da CPLP (PCCPLP) têm defendido a centralidade da agroecologia como marco conceptual para o desenvolvimento da agricultura familiar e como instrumento para realizar progressivamente o direito humano a uma alimentação adequada nos países da CPLP, bem como garantia do pilar social e ambiental do desenvolvimento sustentável. Nesse sentido, REDSAN-CPLP e PCCPLP decidiram realizar um levantamento de boas-práticas em agroecologia na CPLP (Actuar, 2016), para favorecer um reconhecimento do que já existe, e que muitas vezes não é reconhecido como agroecologia, e para permitir a troca de experiências entre as organizações dos países da Comunidade.

É nesta base que o Mecanismo de Facilitação da Participação da Sociedade Civil no CONSAN-CPLP (MSC-CPLP) defende a implementação de políticas, programas e estratégias de promoção da agroecologia, com uma orientação estratégica focada na Agricultura Familiar.

Colocam-se assim algumas perguntas para o debate:

Que políticas públicas poderão ser implementadas para fomentar a transição para um sistema agroalimentar mais sustentável, a nível nacional? Quais as áreas de ação mais prioritárias? Que atores deverão ser envolvidos na criação e implementação destas políticas? Em que espaços político-institucionais e com que temporalidade poderão ter lugar estes processos?

Algumas ideias para alimentar esta discussão:

Áreas importantes de políticas públicas que poderão incidir na transição para a agricultura sustentável de base agroecológica:

- Produção – crédito, financiamento e seguros; e regulação do uso dos adubos químicos;
- Reconhecimento do valor e certificação dos produtos de Agricultura Familiar de base agroecológica – sistemas formais e/ou informais como os sistemas participativos de garantia, reconhecidos pelo IFOAM;
- Valorização e proteção da biodiversidade; dos conhecimentos dos agricultores familiares, de outro(a)s elementos das comunidades rurais, extrativistas (propriedade intelectual) e pescadores artesanais; e dos recursos naturais e genéticos (sementes e outros);
- Comercialização e acesso aos mercados – medidas de discriminação positiva do(a)s agricultore(a)s familiares, no sentido da criação de condições que tornem possível o comércio local a preços acessíveis, e de acesso aos mercados públicos de compras; fomento de regras de comércio justas e solidárias; fomento do associativismo e cooperativismo; construção de infraestruturas, etc..
- Formação e extensão rural agroecológica – criação de serviços de extensão, quando não existentes; formação dos quadros e adequação conteúdos da formação e extensão; utilização de metodologias como Agricultor(a)-Agricultor(a).

7

A nível regional, que avanços se poderão fazer? Quais os campos em que se poderão encontrar caminhos ou soluções comuns a nível regional, para avançar na promoção da agroecologia?

Algumas ideias para debate:

- democratizar o acesso ao conhecimento e à informação através da recolha, centralização e acesso fácil a informação em português e em outras línguas locais sobre agroecologia e políticas de agroecologia;
- formar novas gerações de técnicos e agricultores, atualizando os conhecimentos dos formadores com base na abordagem agroecológica e aprofundando os passos já dados com vista à criação do Centro de Competências e de uma Rede para a Agricultura Familiar Sustentável em São Tomé e Príncipe;
- implementar medidas de estímulo à produção agroecológica, como a criação de um sistema que permita valorizar e identificar os produtos da agricultura familiar de base agroecológica na CPLP, como mecanismos de certificação, em parceria entre sociedade civil, governos e setor privado.
- criar acordos de tratamento preferencial de comércio de produtos da agricultura familiar de base agroecológica entre os Estados-Membros da CPLP.

5. Referências Bibliográficas

Actuar (2016). Dossier de Boas Práticas Agroecológicas na Agricultura Familiar da Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP). Draft interno.

Altieri, M. (2004) Agroecologia. A Dinâmica Produtiva da Agricultura Sustentável. Editora da UFRGS, Porto Alegre.

Altieri, M.; Toledo, V. (2011). The agroecological revolution in Latin America: rescuing nature, ensuring food sovereignty and empowering peasants, *Journal of Peasant Studies*, vol. 38, 3: 587-612.

Caporal, F.; Petersen, P. (2012). Agroecologia e políticas públicas na América Latina: o caso do Brasil. *Agroecología* 6: 63-74.

FAO (2015). Final report for the international symposium on Agroecology for Food Security and Nutrition. FAO, Roma.

Fitzpatrick, I. (2015). From the roots up: How agroecology can feed Africa. Global Justice Now, Londres.

Grube, A.; Donaldson, D.; Kiely, T.; Wu, L. (2011). Pesticides Industry Sales and Usage 2006 and 2007 Market Estimates. Washington, U.S. Environmental Protection Agency.

IAASTD (2009). Agriculture at a Crossroads. Synthesis, Global and Regional Reports. Island Press, Washington.

IFOAM (s/d). What is agro-ecology? Disponível em: http://www.ensser.org/fileadmin/files/2012_IFOAM-EU-Group.pdf . Acesso em Agosto 2016.

International Forum for Agroecology (2015). Report. Mali. Disponível em: <http://www.foodsovereignty.org/wp-content/uploads/2015/10/NYELENI-2015-ENGLISH-FINAL-WEB.pdf> . Acesso em Agosto 2016.

Niederle, P.; Almeida, L.; Vezzani, F. (org.) (2013) Agroecologia: práticas, mercados e políticas para uma nova agricultura. Kairós, Curitiba.

REDSAN-CPLP; RESCSAN-STP; Actuar; PCCPLP; MSC-CONSAN. (2015) I Fórum de Agricultura Familiar e Segurança Alimentar e Nutricional na CPLP. Relatório de actividades.

Rosset, P.; Martínez-Torres, M. (2013). La Via Campesina y Agroecología. El Libro abierto de la Vía Campesina: celebrando 20 años de luchas y esperanza. Disponível em: <https://viacampesina.org/es/index.php/acciones-y-eventos-mainmenu-26/17-de-abril-dde-la-lucha-campesina-mainmenu-33/49-uncategorized/articles/1732-el-libro-abierto-de-la-via-campesina-celebrando-20-anos-de-luchas-y-esperanza> . Acesso em Setembro 2016.

SOCLA (2014). Reflections on FAO's International Symposium on Agroecology for Food Security and Nutrition. Position Paper. Disponível em: <https://foodfirst.org/reflections-on-the-faos-international-symposium-on-agroecology-for-food-security-and-nutrition/> . Acesso em Agosto 2016.

De Schutter, O. (2010). Report submitted by the Special Rapporteur on the right to food, UN General Assembly. A/HRC/16/49.